



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL

PARECER

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº 101/2019

Autor: Ver. Gustavo de Carvalho

Ementa: “Reconhece de Utilidade Pública a Associação ‘Maria Joana’”.

Conclusão: Parecer favorável

Relator: Vereador Aluísio Sampaio

I – RELATÓRIO

O insigne Vereador Gustavo de Carvalho apresentou projeto de lei ordinária que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação ‘Maria Joana’”.

Em justificativa escrita, o nobre parlamentar alegou que a presente instituição não possui fins lucrativos, tendo por finalidade promover cursos, palestras, seminários e debates, buscando formular e sistematizar propostas que atendam as necessidades da população, bem como desenvolver medidas, ações e projetos sociais que visem à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, dentre outros.

Foram juntadas aos autos cópias dos seguintes documentos: Estatuto Social, bem como de ata de Fundação da referida Associação; comprovante de inscrição e de situação cadastral de CNPJ; e publicação do extrato de estatuto no diário oficial do Município; entre outros documentos.

É, em síntese, o relatório.

II – ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu digníssimo autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina.



ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Nota-se ainda que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental.

Ademais, percebe-se que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.

III – ANÁLISE SOBRE O PRISMA LEGAL E CONSTITUCIONAL

A proposição legislativa em enfoque pretende o reconhecimento de Utilidade Pública da Associação ‘Maria Joana’.

É despidendo discorrer que, segundo o Promotor de Justiça Edson Rafael (Fundações e Direito; terceiro setor. São Paulo: Melhoramentos, 1997. pg. 301), utilidade pode ser definida como o proveito ou a vantagem que uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, oferece à sociedade, para satisfazer uma necessidade coletiva de ordem pública.

Com efeito, a declaração de utilidade pública deve ser entendida como o reconhecimento de que determinadas entidades cumprem uma função que deveria ser exercida pelo Poder Público, podendo esse reconhecimento público se dá na órbita dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, já que a nível Federal houve expressa revogação e extinção do Título de Utilidade Pública, a partir de 23.01.2016.

Nesse sentido, no Município de Teresina, a Lei n°. 3.489/06, define os critérios para a concessão do título de Utilidade Pública a entidades civis filantrópicas e sem fins lucrativos, a qual estabelece em seu art. 1º que o referido título será concedido à entidade que estar regularmente constituída e em funcionamento, na circunscrição do Município de Teresina, há pelo menos 06 (seis) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido.

Desta sorte, o Código Civil - CC estabelece o seguinte:

***Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
I - as associações;***

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Art. 46. O registro declarará:



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

- I - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;*
- II - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;*
- III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;*
- IV - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;*
- V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;*
- VI - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.*

Destarte, verifica-se que a presente Associação atende os requisitos legais.

Desse modo, estando em perfeita harmonia com o comando normativo pátrio supramencionado, merece o projeto de lei em análise toda consideração da edilidade teresinense.

Por essas razões, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, anuindo com o voto do relator, opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado por não vislumbrar vício de constitucionalidade que obste sua normal tramitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em 02 de abril de 2019.


Ver. ALUÍSIO SAMPAIO
Relator

“Pelas conclusões” dos Relatores, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.


Ver. EDSON MELO
Presidente



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA


Ver. GRAÇA AMORIM
Vice Presidente


Ver. LEVINO DE JESUS
Membro


Ver. DEOLINDO MOURA
Membro